

## **Comentário de Marcelo Henriques de Brito em 11/março/2006 sobre artigo de sua autoria que discute o que fomenta e emperra o crescimento de um país.**

O artigo "Vale postergar um crescimento maior?", escrito após a divulgação do crescimento do PIB do Brasil em 2005, foi originalmente publicado na coluna Opinião do jornal Monitor Mercantil, edição de quinta-feira, 9 de março de 2006, página 2. Complementando o conteúdo do artigo, é preciso que fique bem claro que, apesar da sua importância, a taxa de juros do Banco Central não é a única variável que influencia o crescimento econômico de um país.

A decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) na quarta, 08/03/2006, de reduzir a Selic (taxa básica de juros do Banco Central do Brasil) em 0,75% para 16,50%, confirmando as expectativas do mercado financeiro, corrobora mais uma vez a afirmação feita a partir da observação de longas séries históricas para diversos países no mundo: "o valor das taxas de juros dos países decorre de expectativas de variações cambiais", conforme publicado no Capítulo 2, seção 2.4, página 65 do livro "Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política".

A cautela da longa reunião do Copom na quarta, 08/03/2006, em não reduzir ainda mais a taxa de juros deve ser vista como um cuidado para evitar uma desvalorização cambial que poderia acarretar uma pressão inflacionária, observando por outro lado que a valorização do real em 2005 reduziu a inflação para níveis inéditos no Brasil. Deve ser observado que uma alta dos juros nos EUA no início da primeira semana de março de 2006 gerou uma desvalorização do real e uma piora da percepção do risco Brasil, o que possivelmente impediu "ousar" um corte maior da taxa básica de juros (Selic), apesar da inflação estar próxima de zero. A decisão sem surpresas do Copom e a "calma do cenário externo" no final da referida semana contribuíram para uma valorização do real que praticamente anulou a mencionada desvalorização do real antes da reunião do Copom.

A recente decisão em fevereiro de 2006 do Governo Brasileiro de isentar a tributação de investidores estrangeiros tem respaldo matemático (e não ideológico), como demonstrado ao deduzir o índice financeiro iHdB no livro "Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política", cuja redação foi concluída em 2003. Deve-se observar que o investidor estrangeiro observa qual será a sua rentabilidade líquida em moeda forte (dólares ou euros, por exemplo), após uma eventual tributação sobre seus rendimentos em reais. Não é prejudicial a um país uma isenção tributária a estrangeiros que trazem divisas, ao contrário dos investidores nacionais. Com a isenção tributária, os investidores estrangeiros poderão aceitar taxas de juros menores (afinal, não haverá nenhuma dedução posterior), o que poderá tanto dar tranquilidade para o Copom reduzir a taxa de juros quanto favorecer novos investimentos no setor produtivo nacional, sobretudo se houver outras medidas favoráveis ao crescimento.

Mais uma vez a utilidade e as implicações do índice iHdB são confirmadas por fatos ocorridos pelo menos mais de dois anos após a concepção do referido índice financeiro e sua publicação no livro "Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política", o que motiva a continuar a divulgação de novos argumentos e modelos.

Assim, a publicação do referido artigo pelo jornal de negócios Monitor Mercantil com seus 93 anos é uma forma de registrar os dois anos de lançamento do livro "Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política" de Marcelo Henriques de Brito (Probatius, ISBN 85-89585-01-8), que ocorreu em 18 de fevereiro de 2004 na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), observando que o jornal Monitor Mercantil noticiou e divulgou o lançamento e o conteúdo do livro em março de 2004 (com destaque em primeira página), sendo que posteriormente novas matérias publicadas naquele jornal registraram o acerto das novas idéias e explicações, referentes ao funcionamento dos mercados que integram a população tanto com oportunidades de empregos que asseguram renda quanto com realizações de negócios empresariais que geram bem-estar.

Marcelo Henriques de Brito em 11-março-2006